

O CALCANHAR METODOLÓGICO DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

Gláucio Ary Dillon Soares

Introdução

A ciência política no Brasil enfrenta um período difícil, no qual a produção de profissionais e de pesquisas anda na contramão da história. Há uma certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística; porém, seu lugar não foi ocupado por métodos qualitativos rigorosos, e sim por uma *ausência* de métodos e de rigor. Alguns reagiram contra essa vocação com rejeição a tudo o que não fosse quantitativo, como se a ciência política só começasse com uma equação de regressão múltipla. O repúdio aos métodos qualitativos não foi feito *após* o exame detalhado desses métodos, mas aprioristicamente — tudo o que não fosse quantitativo era classificado, automaticamente, como não-científico. O afastamento entre a ciência política e a antropologia foi uma consequência desse repúdio e, também, da rejeição em sentido contrário. Taagepera (2001) sugere que a ciência política recebe influências da economia e da sociologia, um pouco menos da psicologia e da filosofia, e quase nada da antropologia.

O desconhecimento dos métodos qualitativos mais rigorosos também é característico daqueles que se definem como “qualitativos” simplesmente por oposição a “quantitativos”. No entanto, “qualitativos” eles não são, porque não usam *métodos* qualitativos. São apenas não-quantitativos ou anti-quantitativos.

As deficiências na formação metodológica podem ser notadas no exame de livros, artigos, teses e dissertações. Como a situação da ciência política é similar à da sociologia, podemos usar alguns levantamentos feitos nesta última área. Nelson do Valle Silva (1999) fez uma excelente avaliação da disciplina:¹

Talvez a melhor forma de avaliar a situação atual da produção quantitativa em ciências sociais seja através do exame dos artigos publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), órgão que congrega todos os programas de pós-graduação em sociologia, antropologia e ciência política do país. Assim, é a publicação que melhor expressa a produção acadêmica dominante. Observe-se que o exame das demais publicações indexadas, tais como a *Dados* ou a *Lua Nova*, produzem um quadro muito semelhante. A *RBCS* começou a ser publicada em 1986 e nestes 13 anos já alcançou 39 números, totalizando 308 artigos. (Valle Silva, 1999: 4)

1 Esse autor deixa clara a sua dívida com os trabalhos de Nelson do Valle Silva, Edmundo Campos, Werneck Vianna e outros, bem como de Fábio Wanderley Reis, na apreciação da produção brasileira nas ciências políticas e sociais.

Valle Silva classificou os trabalhos em três grupos. Dos 308 artigos, 85% não tinham qualquer quantificação; 13% tinham, apenas, distribuições de frequências, e somente oito artigos, menos de 3%, tinham alguma análise. O nível da formação metodológica com que nossos programas equipam seus pós-graduandos se reflete na observação de Valle Silva:

A identificação dos autores dos oito artigos que apresentam alguma análise quantitativa propriamente dita também é bastante elucidativa (...) todos os autores, com exceção de Cláudio Beato (que fez doutorado no IUPERJ), ou fizeram alguma pós-graduação nos Estados Unidos ou são professores de universidades norte-americanas. (*idem*: 5)

Talvez a seleção de revistas tenha criado um viés. Minha inspeção visual de *Dados* e de *Opinião Pública* (OP) sugere que elas têm mais artigos com alguma quantificação e análise do que a RBCS e a *Lua Nova*. Examinei sete números recentes de *Opinião Pública*, ou 39 artigos. Desses, 28 (72%) usaram, pelo menos, percentagens; 74% apresentaram informação usando alguma forma tabular;² 28% usaram gráficos; 20% usaram algum tipo de análise estatística simples (x²; correlações bivariatas etc.) e dez autores (26%) usaram análises mais complexas. Porém, desses dez autores, nove eram estrangeiros ou haviam feito sua carreira fora do Brasil. A partir desse nível de sofisticação estatística, são raríssimos os trabalhos de cientistas políticos (e sociólogos) brasileiros. É possível que a OP esteja reunindo os trabalhos dos cientistas políticos e sociais com vocação quantitativa. Nessa revista, o ponto de corte é mais acima, localizado nas análises multivariadas com algum grau de complexidade. Há, também, perspectivas promissoras, como a recém-criada *Revista Brasileira de Ciência Política* e a revista eletrônica *Empíria*, dedicada à pesquisa nas ciências políticas e sociais. Ambas estão em fase preparatória. Porém, como bem sugeriu Valle Silva em comunicação pessoal, há muitas revistas provincianas, institucionais, que são muito piores.

Infelizmente, há outras bases de dados que não justificam qualquer otimismo. As teses e dissertações confirmam o pessimismo de Valle Silva. Maria Helena Santos e Marcelo Coutinho (2000) analisaram 955 teses defendidas entre 1985 e 2000, buscando estudos comparados. Concluíram que “nos dez centros de pós-graduação da área da Capes de ciência política, entendendo-se por comparados os estudos que analisam mais de dois países”, somente 3% usavam essa perspectiva e, entre eles, *nenhum* usava dados quantitativos.

Diga-se de passagem que, embora esse problema seja mais grave no Brasil, ele também existe fora do país: em um *survey* dos artigos publicados em *Comparative Political Studies* e *Comparative Politics* entre 1968 e 1981, 62% eram estudos de caso de um único país (Landman, 2004).

Werneck Vianna e outros (1998) analisaram 411 teses de doutorado defendidas entre 1990 e 1997 e concluíram que apenas 3% utilizaram métodos quantitativos. A

2 Sublinho o pouco uso de tabelas para sistematizar análises teóricas.

importância do Iuperj nesse quadro se evidencia a partir do fato de que sete das 13 teses que usavam métodos quantitativos foram defendidas nessa instituição. Porém, *no próprio Iuperj*, essas sete teses representam menos de 10% do total. Na USP, instituição com forte tradição teórica, mas, até recentemente, notória debilidade na área quantitativa, duas das 145 teses (pouco mais de 1% do total) tinham caráter quantitativo. É sabido que a USP é a universidade que mais produziu mestres e doutores nas ciências políticas e sociais, sendo responsável por quatro em cada dez teses defendidas no Brasil. Muitos desses graduados estão reproduzindo esse padrão metodologicamente deficiente em outras instituições. Ainda que, nas últimas duas décadas, algumas instituições, como a UFMG, a UnB, a UFRGS e a UFPE, entre outras, tenham elevado o número e a qualidade dos seus graduados, a USP e o Iuperj continuam dominando o cenário nacional.³

Fábio Wanderley Reis também sublinhou a precariedade do ensino de técnicas de pesquisa e de métodos quantitativos na USP e no Iuperj:

Embora as listas de disciplinas ministradas como obrigatórias nos diferentes programas em geral incluam alguma disciplina de metodologia, os dois programas de maior visibilidade e prestígio nos campos da sociologia e da ciência política, isto é, o da Universidade de São Paulo e o do Iuperj no Rio de Janeiro, *não* têm incluído essa disciplina no curriculum exigido dos estudantes. No caso dos programas da USP a situação é inequívoca, não tendo havido nunca a oferta regular de metodologia entendida como disciplina fundamental e obrigatória (dá-se, aliás, a curiosidade de que (...) “métodos” não constitui uma disciplina obrigatória, na USP, tampouco no caso do programa de antropologia, onde supostamente ela teria uma feição especial). Quanto ao Iuperj, a situação é mais confusa e oscilante, com momentos de ênfase no treinamento metodológico e outros em que, por exemplo, talvez exista a exigência de metodologia em um dos programas (ciência política), mas não no outro (sociologia). É certo, contudo, que a ênfase em metodologia foi pequena, no Iuperj, no período recente, e a disciplina *não* vinha sendo oferecida com regularidade como disciplina obrigatória. (Reis, 1993: 5)

A sociologia, talvez mais que a ciência política, abraçou uma perspectiva “qualitativa”, mas muitos trabalhos ditos qualitativos são, apenas, trabalhos não-quantitativos. Muitos se esquecem que *há métodos qualitativos rigorosos*, e confundem ensaísmo com trabalhos que usam *métodos* qualitativos. Deixaram o rigor que deve existir na antropologia e a tradição de pesquisa de campo na ilusão de que, não sendo quantitativos, seus trabalhos seriam antropológicos... Werneck Vianna e colaboradores excetua as teses de antropologia, salientando que, nas demais ciências políticas e sociais, essas tradições não existem.

Esses autores destacam o “elevado custo da realização de *surveys* (...) especificamente projetados para as necessidades de uma tese de doutorado”. Argutamente, sublinham que “a presença marginal dos métodos quantitativos nas teses

3 Esta é uma constatação e não um juízo de valor.

de ciências sociais não pode ser exclusivamente atribuída à falta de recursos, sugerindo, igualmente, a inexistência de um treinamento específico, desde os cursos de graduação, para este tipo de experimento” (Vianna e outros, 1998: 486). Os autores lembram as PNADs, mas há muito mais que isso: somente o CESOP, da Unicamp, é um portal de entrada para 1.800 pesquisas produzidas a partir de 1986. Há um número gigantesco de bases de dados disponíveis pela internet, dentro e fora do Brasil (muito mais fora do que dentro). Diferentemente das décadas de 1960, 1970 e 1980, não é por falta de dados que não se produzem teses e dissertações empíricas e quantitativas.

Esse é um problema que vem sendo discutido há tempos e uma solução que também vem sendo proposta em diferentes países. As virtudes do treinamento de estudantes em métodos e técnicas quantitativas, usando dados secundários ou coletando seus próprios dados, foram discutidas na Grã-Bretanha, onde a questão preocupa analistas de disciplinas correlatas. Williams, Collett e Rice (2004) estudaram universidades em que a sociologia era um *single honours degree* através de entrevistas feitas de dezembro de 2002 a março de 2003. Oitenta e dois departamentos informaram, e um *survey* entre professores incluiu a seguinte questão:

Deverão os estudantes realizar as suas próprias recolhas de informação ou usar dados secundários? A maioria dos participantes pensava que levar os estudantes a conduzir os seus próprios projetos é um bom ponto de partida para ensinar métodos quantitativos. É importante para os alunos e lhes dá a possibilidade de adquirir experiência acerca do processo de conduzir a investigação. Todos os aspectos da pesquisa, ensinados por módulos, surgem, assim, interligados. Contudo, reconheceu-se que os dados secundários deviam ser usados para ensinar métodos quantitativos em maior profundidade. Os dados secundários são baseados em amostras representativas e grandes quantidades de casos. Se pretende-se ensinar técnicas estatísticas mais sofisticadas (isto é, regressão etc.), é aconselhado o uso de amostras mais amplas e de boa qualidade. Adicionalmente, uma parte central da sociologia e da pesquisa social assenta na investigação do que as pessoas fazem. É essencial que os alunos se familiarizem com as grandes bases de dados sociológicos disponíveis (isto é, os Census, o British Household Panel Study, o General Household Survey, o Labour Force Survey, o British Attitudes Survey). Os estudantes devem também ter a oportunidade de se familiarizar com os modos como os dados secundários são recolhidos e como se acede a eles. Foi discutido que a questão essencial para o uso de dados secundários é que sejam representativos e tenham significado. Existe uma grande quantidade de fontes secundárias apelativas para os estudantes. Por exemplo, os recursos incluem SECOS (Statistics for Education), que contém dados da maior parte dos inquéritos governamentais e é dirigido aos alunos de licenciatura. Também o programa de métodos de pesquisa ESRC reuniu séries experimentais com base em dados secundários, para o ensino de métodos de investigação quantitativa a alunos de licenciatura.

Houve, também, uma análise de conteúdo com preocupação metodológica de 244 artigos publicados nos principais jornais e 102 trabalhos apresentados à

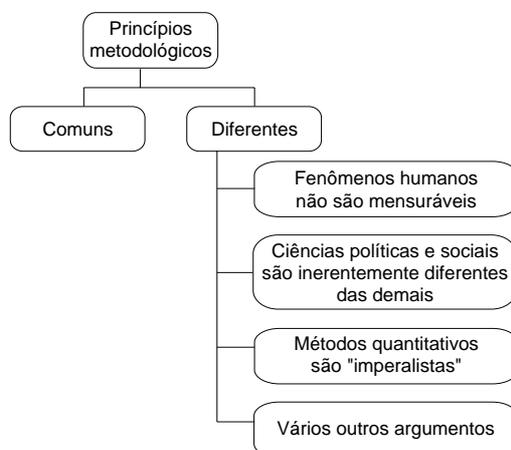


Figura 1 Unidade e diferenciação de princípios metodológicos e seus tipos

Conferência da British Sociological Association do ano 2000.⁴ A análise das revistas mostrou que 38% dos artigos não eram empíricos, 41% usavam métodos qualitativos e 15% usavam métodos quantitativos. Outros 7% combinavam métodos quantitativos e qualitativos. Pior, talvez: quase metade dos que usavam métodos quantitativos se limitavam a estatísticas univariadas. São resultados bem superiores aos das teses e dissertações brasileiras e aos da *RBCS* e *Lua Nova*, mas muito abaixo das cifras encontradas em revistas americanas e nórdicas.

O papel dos métodos quantitativos nos jornais pode assumir contornos radicais: a descrição do *Japanese Journal of Political Science* enfatiza a qualidade dos artigos que os usam: “artigos sobre pesquisas empíricas quantitativas são, sem exceção, de um nível de qualidade superior” (ver a descrição no *Times Higher Education Supplement*).

A metodologia política (*political methodology*) é reconhecida pela American Political Science Association como um campo de direito próprio. Em contraste com o panorama no Brasil, hoje é o quarto GT mais numeroso da APSA, com mais de seiscentos membros. O objetivo desse grupo é consideravelmente mais ambicioso do que o proposto no Brasil: não fala do *uso* de métodos quantitativos, mas de seu estudo e desenvolvimento.

A polêmica no Brasil é consideravelmente mais “primitiva”. Houve um momento em que a revolta contra o método levou alguns à afirmação de que os fenômenos políticos e sociais não eram passíveis do mesmo tratamento rigoroso dados aos fenômenos das ciências exatas e naturais. O esquema da figura 1 ilustra as principais posições baseadas na diferenciação metodológica intrínseca.

4 Principais jornais: *Sociology*, *British Journal of Sociology*, *Sociological Review*, *Sociological Research on line*. Números adicionais de *Work, Employment and Society (WES)*.

Fábio Wanderley Reis descreve a superação dessa posição:

(...) mas também o de uma ciência de vocação decididamente teórica e nomológica, empenhada na obtenção de um conhecimento passível de ser formulado em termos genéricos e articulado em sistemas abstratos. No que se refere à maneira de conceber as relações entre as ciências sociais e as ciências exatas ou naturais, essa perspectiva sustenta que o método científico é inequivocamente aplicável ao campo dos fenômenos humanos e sociais. Ela se opõe claramente, assim, à idéia da contraposição inevitável entre “duas culturas”, uma humanista e outra científica, e se coloca em favor da suposição de afinidade entre as ciências naturais e sociais quanto aos problemas básicos do *método*, tomada a expressão como dizendo respeito aos fundamentos lógicos da aceitação ou rejeição de hipóteses ou teorias. (Reis, 1993: 3)

Não obstante, como bem recordou Octávio Amorim, há pessoas que ainda acreditam que os métodos quantitativos são intrinsecamente imperialistas. Trata-se de um absurdo infelizmente endossado por pessoas bem posicionadas em instituições de financiamento de pesquisa.

Há um debate sobre se o financiamento faz diferença no que concerne aos tipos de métodos e técnicas usados nas pesquisas. Nos Estados Unidos, em particular, se afirma que o crescimento do uso de métodos quantitativos se deve ao financiamento para pesquisas. Porém, Jennifer Platt (1996), da Universidade de Sussex, na Inglaterra, comparou os trabalhos financiados e os não financiados, e concluiu que a tendência a usar mais métodos quantitativos *era crescente e semelhante tanto nuns quanto noutros*.

Propor que existe um desequilíbrio na formação de cientistas políticos e na sua produção, que têm relegado o estudo e o uso de técnicas e métodos mais rigorosos, *seja quantitativos seja qualitativos*, não deve conduzir o leitor a fazer inferências sobre a orientação teórica de quem as propõe.

Há importantes diferenças entre os distintos grupos atitudinais em relação ao uso de métodos qualitativos. Porém, muitos se proclamam adeptos de métodos qualitativos, enquanto poucos os estudam. A negação da utilidade dos métodos qualitativos acarreta um preço profissional no Brasil; por isso, muitos pagam um tributo simbólico ao seu uso. Considero que há três posições freqüentes:

- a dos que não usam, nem pretendem usar (posição que inclui subtipos, como: os que rejeitam os métodos; os que não se sentem competentes para usá-los; os que trabalham com problemas mais facilmente tratáveis com métodos quantitativos, e os que dizem que os aceitam mas, de fato, adotam uma atitude cética em relação a eles);
- a dos que se definem como “qualitativos” simplesmente porque rejeitam a quantificação, incluindo os que não pesquisam;
- a dos que usam métodos qualitativos. Esses podem ser divididos entre os que o fazem porque são métodos dominantes na disciplina (como no caso da antropologia) e os demais. Os usuários também podem ser divididos entre os que simplesmente usam os métodos, mas não os discutem, nem seus problemas ou aperfeiçoamentos, e os que demonstram conhecimento mais profundo do método em si.

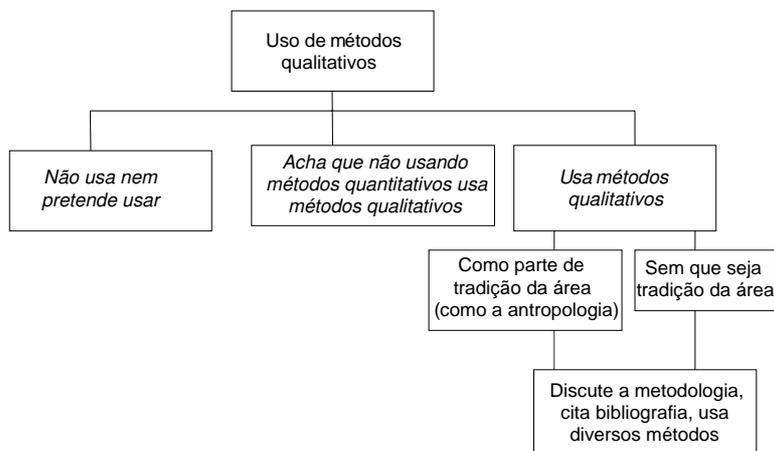


Figura 2 Perspectivas no uso de métodos qualitativos

Quadro 1 A popularidade de técnicas e métodos qualitativos (número de sites)

Técnicas e métodos	Motores de busca		
	Google	Google Scholar	Yahoo
Grupos focais	3.430.000	23.900	2.060.000
Entrevistas focalizadas	10.500	532	2.130
Observação participante	179.000	8.630	114.000
Etnografia	1.030.000	38.600	785.000
Análise de conteúdo	727.000	44.200	429.000

Nota: busca de expressões, em inglês, exatamente como datilografadas, ou seja, “análise de conteúdo” e não expressões que usassem “análise” ou “conteúdo”.

O uso é apenas *um* passo no trato de métodos qualitativos. Os antropólogos (que pesquisam) usam corriqueiramente métodos e técnicas qualitativas. Porém, uma coisa é o uso e outra o estudo mais profundo. Quando um autor, além de usá-los, discute atualizações e desenvolvimentos nos métodos, citando bibliografia relevante, galga alguns furos. Há uma discussão viva, ativa e criativa sobre métodos qualitativos que inclui muitos *sites* e *listservers*. Não se trata apenas de “métodos qualitativos” em geral, dos quais há muitos, mas de *sites* sobre análise de conteúdo, grupos focais, etnografias, observação participante etc. É algo semelhante ao usuário de métodos quantitativos que discute a aplicação de uma técnica estatística ao problema em questão e que demonstra conhecer a literatura *sobre a técnica*.

Uma pesquisa nos *sites* de busca da internet nos dá uma idéia da extensão dos trabalhos publicados e dos grupos de estudo (quadro 1). Os dados do quadro 1 mostram que métodos e técnicas qualitativas são comuns, sendo usados mundo afora, com manuais, livros, artigos, centros, *sites*, grupos de trabalho e muito mais.

Não se reduzem à caricatura que tantos ensaístas usam: métodos que incluem tudo o que não é quantitativo, mas que não têm regras próprias. Não são apenas “tudo o que não é quantitativo”, e sim métodos de direito próprio. O *Google Scholar*, que se limita a trabalhos acadêmicos, nos conduz a milhares de *entries* em cada categoria, exceto a de entrevistas focalizadas, das quais, não obstante, apresentava mais de quinhentas!

A falsa oposição entre quantitativo e qualitativo

A falsa oposição entre “quantitativo” e “qualitativo” está sendo assaltada por dois novos flancos: o primeiro vem da diversificação de fontes, dados e informações. A informação qualitativa era, essencialmente, verbal e escrita *em papel*, seja na origem, seja após transcrição. As entrevistas, em suas várias formas, eram transcritas; os documentos, instrumentos quase exclusivos dos historiadores, já chegavam escritos. A diversificação reflete o crescimento de dados visuais, sonoros e audiovisuals. A televisão e o cinema geraram um novo campo comum, trabalhado por muitas disciplinas. O outro flanco vem com o desenvolvimento de *hardwares* e *softwares* capazes de lidar com grandes massas de dados, inclusive escritos. Hoje, pesquisadores “quantitativos” trabalham com bases de dados que anteriormente eram província exclusivamente qualitativa.

Essa modificação levou muitos pesquisadores a diversificar seus próprios métodos, e um bom programa de formação de pesquisadores deve incluir métodos cada vez mais diversificados. A existência de programas de codificação de textos e de imagens, assim como sua crescente disponibilização através da internet, transformaram em realidade pesquisas que antes eram impossíveis devido ao alto custo. A criação de bibliotecas de documentos escaneados e disponíveis abriu novas áreas de pesquisa. A difusão das novas possibilidades de análise de conteúdo, por exemplo, está muito atrás da sua disponibilidade. Existem dados, técnicas e programas que, no entanto, não são conhecidos por muitos professores e por seus alunos. Hoje, a análise do conteúdo de discursos, projetos de lei, noticiários etc. pode ser feita por um estudante de pós-graduação no conforto de sua casa.

Medidas paliativas para uma formação deficiente

Uma consequência da pobreza da formação metodológica nos cursos regulares de ciências políticas e sociais no Brasil é o sucesso do MQ (métodos quantitativos). O MQ é um excelente curso organizado pela FAFICH, da UFMG, com certa influência do curso oferecido no verão, em Ann Arbor, Michigan, com o qual o MQ mantém uma ativa vinculação. Já passaram pelo MQ cerca de quinhentos alunos de todo o país, a maioria de pós-graduação ou recém-formados em ciência política e sociologia.⁵ O MQ faz um trabalho competente, mas sua curta duração, de seis a sete semanas (em 2004 começou em 27 de junho, terminando em 6 de agosto), impede que substitua adequadamente dois cursos com a duração de um ano cada, como

deveria ser. Não obstante, como me lembrou Nelson do Valle Silva, devido ao seu caráter intensivo, vale 45 créditos ou o equivalente a um curso completo.

A história desse programa contribui para o entendimento das dificuldades daqueles que se propõem a formar pesquisadores em ciências políticas e sociais no Brasil.⁶ O treinamento em métodos quantitativos da UFMG é ofertado pelo doutorado em sociologia e política da FAFICH. Houve resistência (suponho que parcialmente burocrática) ao reconhecimento dos créditos pelas outras universidades, e o caminho mais fácil foi vincular o programa ao doutorado. O MQ possui uma parte interna que compreende dois anos de treinamento dividido em dois ramos, um vinculado a um *survey* da região metropolitana de Belo Horizonte, e outro sobre análise de dados, que chega até regressão múltipla e análise de dados categóricos. As demais técnicas são apreendidas no MQ na sua vertente externa. Apesar da sua excelência, o MQ até hoje não conta com financiamento regular da Capes nem do CNPq.

Precisamos de um programa semelhante para o aperfeiçoamento dos professores e estudantes em métodos *qualitativos*, o que certamente contribuirá para elevar o padrão das exigências feitas a quem pretender estar usando *métodos* qualitativos em sua pesquisa e não, apenas, estar escrevendo um ensaio.

O isolamento, a interdisciplinaridade e a perda de espaços

Há duas sérias conseqüências da reticência em pesquisar empiricamente temas relacionados ao país:

- o isolamento da ciência política e da sociologia em relação a disciplinas que a) fazem pesquisas empíricas e b) fazem pesquisas sobre o país. O isolamento é notório em relação à economia, à demografia e à saúde pública e coletiva. Como regra, os cientistas políticos e sociólogos desconhecem o que é produzido nessas disciplinas e vice-versa;
- a perda de espaço, seja temático, seja junto às agências financiadoras de pesquisas. Áreas tradicionalmente reservadas às ciências políticas e sociais, como a criminologia, o estudo da violência, do homicídio, do suicídio, das relações raciais, da desigualdade, da família, entre outras, talvez sejam, hoje, mais estudadas fora do que dentro delas, exatamente devido à perda de competitividade dos mestres e doutores que, infelizmente, recebem seus graus sem estarem capacitados para realizar pesquisas. Não satisfazem a demanda (em alguns casos, o clamor popular), e profissionais de outras áreas são chamados para fazer o que cientistas políticos e sociólogos não fazem.

Um problema importante relacionado à ausência de padrões metodológicos mínimos é a perda de uma área comum, interdisciplinar. Não é difícil para um cientista

5 O MQ se orienta para alunos de pós-graduação e professores/pesquisadores.

6 Agradeço a Neuma Aguiar muitas informações e correções.

político treinado em métodos quantitativos entender a metodologia usada nas pesquisas em outras áreas, como sociologia, saúde pública, economia, demografia, psiquiatria etc. Porém, sem uma formação metodológica mínima, muitos cientistas políticos (e sociais) não conseguem sequer *ler* muitos trabalhos dessas áreas. Pior: não conseguem ler muitas obras de ciência política, particularmente artigos e relatórios de pesquisa que usam métodos quantitativos. Isso cria uma ampla área de acesso proibido para essas pessoas, um *interdit* metodológico, que as obriga a buscar refúgio em campos cada vez mais distantes das pesquisas empíricas. Contrariamente ao mito, essa incompetência não afasta os cientistas dos trabalhos publicados apenas nos Estados Unidos, mas também em muitos outros países. Ficam fora das pesquisas mais complexas associadas com o European Consortium for Political Research e, também, das pesquisas realizadas em muitas outras instituições e regiões. Ainda que se faça a opção de não usar essas técnicas, é necessário poder ler corretamente os trabalhos que as usam.

Publicar em revistas profissionalmente prestigiosas é um projeto muito ambicioso, porque a probabilidade de aceitação é muito pequena. Surpreende que tão poucos cientistas políticos e sociais brasileiros tenham publicado em revistas “internacionais” de prestígio, mas há boas razões para isso. Todos os cientistas políticos e sociais ficamos de fora das revistas publicadas em outros países, em maior ou menor medida.

Para entender o porquê disso é preciso saber o que as revistas publicam e rejeitam. O exame de três revistas feita por Pippa Norris (1997) revela alguns dados surpreendentes: do ponto de vista metodológico, comparativamente com o *EJPR* e com *Political Studies*, a *APSR* publica poucos artigos de tipo descritivo e *institucional*. O *EJPR* publica, percentualmente, tantos artigos empíricos e comportamentais quanto a *APSR* (aproximadamente a metade do total de artigos), ao passo que *Political Studies* publica consideravelmente menos. Já os estudos que Norris chamou de filosóficos/conceituais representam uma percentagem bem menor no *EJPR* do que na *APSR*. Esses estudos, juntamente com os descritivos e institucionais, representam cerca de quatro de cada cinco artigos publicados em *Political Studies*. O que diferencia a *APSR* das duas revistas européias são os artigos de tipo dedutivo ou baseados na escolha racional, que representam aproximadamente um em cada quatro na *APSR*, ao passo que nos dois jornais europeus a cifra está próxima de um em cada vinte. No que concerne ao conteúdo, as teorias normativas caracterizam *Political Studies* (mais de um em cada três), um em cada seis artigos da *APSR* e quase zero dos artigos publicados no *EJPR*. Previsivelmente, há poucos artigos em *Political Studies* sobre partidos, eleições e opinião pública, que representam mais da metade dos publicados no *EJPR* e quatro em cada dez dos publicados na *APSR*. Essas diferenças talvez reflitam outras disparidades nos paradigmas dominantes em cada revista. Evidentemente, enviar um bom artigo para a revista “errada” reduz a probabilidade de aceitação. É preciso saber o que elas privilegiam.

Quem publica nessas revistas? Mesmo as revistas que desfrutam de prestígio internacional são orientadas para os cientistas de seu próprio país. Na *APSR*, a percentagem é muito alta: os cientistas políticos baseados nos Estados Unidos representam 95%, 94% e 97% do total, nas décadas de 1970, 1980 e 1990,

Quadro 2 Perspectivas metodológicas dos membros do comitê editorial da *ASR*, 1976-2000 (em percentagem)

Metodologia dominante	Ano			
	1976	1986	1996	2000
Qualitativa	29	21	27	42
Quantitativa	58	79	73	58
Não determinada	13	—	—	—

respectivamente. O *EJPR* começou com percentagens igualmente altas de cientistas políticos que trabalhavam em instituições europeias, mas o crescimento do seu prestígio aumentou a participação de americanos e canadenses de 6% para 13% e, posteriormente, para 20%. Menos de 3% dos autores estavam sediados no “resto do mundo” que, espero que saibam, inclui o Brasil.⁷ Já *Political Studies* tem uma participação de autores um pouco mais diversificada. Europeus respondem, aproximadamente, por dois de cada três artigos. O *estilo* de trabalho também parece estar mudando: cresce a proporção de artigos com mais de um autor na *APSR* e, sobretudo, no *EJPR*. Creio que o crescimento dos trabalhos em co-autoria se deve à crescente interação entre cientistas políticos europeus de mais de um país.

É importante ser realista a respeito do interesse pelo Brasil nessas três revistas: *toda* a América do Sul e a América Central representam 1% dos artigos publicados nelas (e a África outro 1%).

Acredito que a *composição metodológica* dos comitês editoriais influencia o tipo de artigo que é aceito e publicado. Obtive dados sobre o comitê editorial da *American Sociological Review* (quadro 2).

A preponderância de membros com orientação quantitativa é clara, mas a orientação qualitativa está bem representada: houve um aumento significativo em 2000. Não foi por acaso: o presidente da ASA em 2000 foi Joe R. Feagin, da Universidade da Flórida, militante defensor de métodos qualitativos e crítico dos “excessos quantitativos”. O aumento foi, em certo sentido, uma reação à posição do seu predecessor, Alejandro Portes (1999), considerado “quantitativista”. Decidi incluir essas informações para demonstrar que a orientação de um jornal ou de uma disciplina não é um “acidente da natureza”, mas um fenômeno social com dimensões *políticas*, no sentido de que refletem, em alguma medida, estruturas de poder no nível editorial das revistas e das associações profissionais.

Uma diferença entre a *APSR* e as revistas brasileiras no que se refere aos programas e critérios de seleção é a preocupação da *APSR* com a representação de orientações minoritárias. Nessa revista há um predomínio quantitativo, mas os qualitativos representaram, na média, um em cada quatro membros do comitê

7 A ironia se justifica, dado o desinteresse e o desconhecimento, em nosso país, do que se produz fora da Europa Ocidental e da América do Norte.

editorial. A APSR publica muitos artigos com orientação divergente da dominante. Infelizmente, o quadro no Brasil tende à exclusão dos trabalhos quantitativos, como demonstraram pesquisadores sérios, tais como Nelson do Valle Silva, Werneck Vianna e outros, e Fábio Wanderley Reis. Os dados desses pesquisadores refletem uma exclusão quase completa dos pesquisadores com orientação quantitativa: uma coisa é ter entre 20% e 40% de trabalhos dedicados às orientações minoritárias; outra, muito diferente, é ter apenas 3%.

Alienação e colonialismo teórico

Outra característica da ciência política (e, também, da sociologia) no Brasil é a desvinculação em relação à América Latina e ao Terceiro Mundo. Um exame das leituras dos cursos oferecidos nos principais centros de pós-graduação mostra a ausência quase total de referências a autores latino-americanos e dos demais países do Terceiro Mundo.⁸

Uma análise das leituras feitas nos cursos e seminários oferecidos na pós-graduação em ciência política e sociologia do centro que é considerado o “mais empírico” do país demonstra que os autores mais recomendados não são pesquisadores e, muito menos, do Terceiro Mundo. A leitura de livros e, sobretudo, de artigos que relatam pesquisas criativas é uma importante forma de aprendizagem — ensina como analisar e organizar dados. Essas leituras estão quase ausentes, sendo suplantadas por autores “clássicos” e autores da moda. Habermas, Weber, Marx, Dürkheim e Bourdieu lideravam as leituras. Havia mais leituras de Habermas exigidas do que de todos os autores brasileiros somados. O Terceiro Mundo não existe nas leituras feitas na pós-graduação em ciência política no Brasil. O único autor do Terceiro Mundo que encontrei foi Amartya Kumar Sen, Prêmio Nobel de *Economia* de 1998. Não há referências a cientistas políticos e sociais da América Latina, nem dos demais países do Terceiro Mundo.

Em reunião da congregação de uma instituição de pós-graduação, inquiridos a respeito do porquê da não inclusão de latino-americanos (pergunta que foi seguida por uma farta lista de nomes de destacados cientistas políticos e sociais), os professores honestamente disseram não conhecê-los. Não é difícil concluir que a teoria que se ensina é uma teoria gerada e desenvolvida nos países industriais. Os professores de teoria, que, em sua maioria, não fazem pesquisas empíricas, usam um arsenal teórico e conceitual gerado nas sociedades industriais, ex-potências coloniais e atuais potências imperialistas e sub-imperialistas. Pensam o Brasil a partir de conceitos e categorias criados para descrever fenômenos de países industriais; não pensam a partir de conceitos elaborados para descrever fenômenos do Brasil ou de países estruturalmente semelhantes. A isso eu chamo de colonialismo teórico. Tal colonialismo é muito poderoso e se expressa na total incapacidade de pensar o país a partir da sua própria lógica, por parte de cientistas políticos e sociais que sentem

8 No IUPERJ há quatro referências a A. Sen.

necessidade cognitiva de “traduzir” o Brasil em conceitos com os quais estejam familiarizados. Como exemplo, cito uma conversa sobre o cambão com um colega marxista que estudou na França e que necessitava, para entender o cambão, pensá-lo como a *corvée*. Nos casos extremos de colonização conceitual, os conceitos (descritivos e analíticos) gerados pela pesquisa no Brasil precisam ser “traduzidos” para um referencial já conhecido.

Há, também, uma diferença relevante entre o que muitos cientistas políticos e sociais entendem por “teoria” e o que se entende, por exemplo, na maioria das universidades anglo-saxãs, escandinavas e, crescentemente, nas demais instituições européias em que há importantes programas de pesquisas empíricas. Infelizmente, no Brasil as “teorias” se limitam a um cansativo cardápio requentado de “grandes teóricos” ou, na melhor das hipóteses, de linhas teóricas a eles associadas. Ironicamente, alguns já chamam de “os três porquinhos” os autores mais tradicionais (Marx, Dürkheim e Weber). O ensino de teorias políticas e sociológicas se concentra na leitura de *autores* — são teorias de *quem* e não de *quê*. A inclusão nessa lista parece estar condicionada por:

- ser europeu ocidental e, secundariamente, americano;
- ter produzido há muito tempo (muitos já faleceram), e
- ser de duvidosa relevância para o Brasil contemporâneo.

Deixo claro que levar em consideração a produção de cientistas políticos e sociais do Terceiro Mundo não significa desqualificar a produção feita nos países centrais. Estou plenamente consciente da afirmação de Fábio Wanderley Reis, no sentido de que

uma ramificação especial da questão é a da qualidade do trabalho executado pelos *area specialists* ou *country specialists* dos próprios países desenvolvidos em comparação com os demais profissionais de ciências sociais daqueles países, e conseqüentemente a do status de que lá desfrutam no sistema social das ciências sociais: trata-se claramente, em muitos casos, de profissionais de segunda categoria (não obstante o prestígio de que costumam gozar em seu país-tema, como certamente se dá no Brasil). (Reis, 1993: 16)

Não obstante, tenho ampla experiência nas principais universidades norte-americanas e, além da possível seleção negativa à qual Fábio Reis se refere, há um conhecido viés da academia americana contra os estudos regionais e de área. Visto que em várias universidades americanas que oferecem doutorados o aluno escolhe entre *American* e *comparative studies*, os estudos comparados comprimem especialistas em todos os países do mundo — além de alguns especialistas na política americana que fazem trabalhos comparados. O resultado é que trabalhos sobre países como o Brasil enviados para publicação podem ser encaminhados a especialistas na América Central ou, como aconteceu com um artigo meu, a um especialista na Tailândia. Afinal, não se tratando de *American studies*, éramos farinha do mesmo saco, sendo rotulados de *comparative*.

A discussão que opõe, erroneamente, a opção entre padrões internacionais de competência profissional e provincianismo não tem, apenas, uma clivagem, Brasil/países centrais, ou Terceiro Mundo/países centrais ou, ainda, Terceiro Mundo/Estados Unidos. Há outras clivagens igualmente claras e que receberam mais publicações do que as mencionadas acima. Philippe C. Schmitter (2002), no polêmico documento *Seven (Disputable) Theses Concerning the Future of 'Transatlanticised' or 'Globalised' Political Science*, discute outras clivagens, como norte/sul, dentro da própria Europa. Começa criticando a tese dos padrões profissionais, que descreve como “a tese da profissionalização: o mecanismo primário por detrás deste processo de convergência difícil mas irreversível será o da estandardização profissional” (*idem*: 5). Schmitter, porém, coloca a tese da profissionalização (e as demais seis teses) no contexto do domínio hegemônico da ciência política “americana”, embora às vezes se refira à dominação do norte da Europa e à posição secundária que teria sido outorgada aos cientistas políticos do sul da Europa. Em sua ácida crítica de Goodin e Klingemann, afirma que esses autores

estão manifestamente orgulhosos de que menos de metade dos nossos 42 colaboradores tenham afiliação não-americana. Não posso resistir a assinalar, contudo, que quase todos sejam norte-europeus (alemães, escandinavos ou britânicos) e que os dois que não o são (Mattei Doggan and Giandomenico Majone) tenham ambos passado ou estejam passando por breves permanências nos Estados Unidos. Tanto para a ciência política quanto para os cientistas políticos fora do circuito transatlântico, o ensaio poderia ser lido do princípio ao fim sem se dar conta da sua existência! (Schmitter, 2002: 27)

Essas afirmações se relacionam com uma pequena diferença entre minha avaliação e a de Fábio Wanderley Reis, pois considero a ciência política nos Estados Unidos *extremamente* provinciana, a despeito de que hoje, nesta e em outras disciplinas, a *língua franca* é o inglês. É uma história antiga. Em 1980, LaPonce comparou a *APSR* com as principais revistas do Canadá, da Índia, da França e da Grã-Bretanha, concluindo que havia um alto grau de etnocentrismo *em todas elas*, principalmente na *APSR*. Em 1989, Giles, Mizell e Patterson pesquisaram os departamentos de ciência política com pós-graduação, concluindo que apenas 7% dos professores e pesquisadores conheciam o *European Journal of Political Research*. O ECPR, como um instrumento institucional de desenvolvimento da ciência política na Europa, conscientizou os europeus e os levou a buscar suas referências na própria Europa. Pippa Norris apóia essa interpretação:

O crescimento da ciência política europeia, exemplificado pelas florescentes atividades do ECPR, significa que muitos cientistas políticos europeus da nova geração podem regularmente virar-se para os países da Europa, e não para os EUA, vendo neles o fórum natural para pesquisa comparativa, formação e cooperação. (Norris, 1997: 5)

Infelizmente, o etnocentrismo parece estar em alta e não em baixa. Em 1996, Miller e outros examinaram a proporção de artigos publicados sobre outros países ou que

faziam comparações com eles, chegando à conclusão de que esses artigos decresceram de um em quatro em 1954-58 para menos de um em vinte em 1979-83. Houve uma pequena melhoria nos últimos anos.

A análise de outras revistas revela que, no mundo de hoje, o provincianismo é a regra e não a exceção: Schmitter analisou cem artigos da *Revue Française de Sciences Politiques*, e em oitenta deles o autor principal estava associado a uma instituição francesa; na análise da *Rivista Italiana di Scienza Politica*, as percentagens correspondentes variavam de 73% a 83% no período estudado; na *Politische Vierteljahresschrift*, variavam de 71% a 86%, e na *Scandinavian Political Studies*, de 80% a 84% (referentes à região). Nessas quatro revistas, em quatro anos, houve apenas duas publicações de autores de fora da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá (Schmitter, 2002). Dois autores, em quatro revistas, em quatro anos, indicam que a ciência política nesses países se fechou para o resto do mundo. Não obstante, é lá que nossos professores de teoria, obediamente, vão buscar suas leituras.

Essas cifras têm implicações: o espaço disponível para não-nacionais (ou não-regionais) é pequeno. Parte importante desse espaço reduzido é tomado por autores de outros países da região, e um espaço adicional por americanos e canadenses (no caso das revistas européias). Os cientistas políticos e sociais brasileiros disputam um espaço bem mais reduzido.

O exemplo do ECPR não deve ser abandonado. Enfrentaram a avassaladora presença americana na área das pesquisas, fundando seus próprios centros de treinamento, criando novas revistas e estimulando a pesquisa empírica *sobre a Comunidade Européia e os países que a integram*. Já a Associação Latino-Americana de Ciência Política foi criada na Espanha, e não houve interesse em realizar seu segundo encontro no Brasil, que teve que ser transferido para o México.⁹

A interdisciplinaridade necessária

Observa-se, nas últimas décadas, no mundo da pesquisa, uma tendência a focar a pesquisa a partir de *temas* e não a partir de disciplinas. Se, por um lado, o fim do século XIX e a primeira metade do século XX viram a tentativa de reforçar as disciplinas e testemunharam esforços ciosos para “demarcar fronteiras”, as pesquisas realizadas nas últimas décadas acabaram com a ilusão do “objeto próprio” e, certamente, de “métodos próprios”. Alguns temas foram pesquisados em diferentes disciplinas, e o resultado da interação entre elas tem sido profícuo. *O Suicídio*, de Dürkheim, é visto como a tentativa mais acabada de manter uma perspectiva sociológica, mas também não escapou à interdisciplinaridade: Dürkheim usa variáveis econômicas como explicação, e entra e sai da psicologia social quando fala de anomia, suicídio altruísta etc. Hoje, uma análise disciplinar — não importa qual a disciplina — explicará *muito menos* do que um exame interdisciplinar. A

9 Foram consultados o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, três governos estaduais, a Prefeitura do Rio de Janeiro e sete universidades.

relação entre suicídio e doença mental é clara (ver Jamison, 2000). As políticas públicas, como as de controle de consumo do álcool de Gorbachev, são importantes, pois podem reduzir suicídios, homicídios e acidentes. Atualmente, há avanços na neuropsiquiatria que relacionam a maior ou menor produção de certos hormônios, como cortisol e melatonina, entre outros, à propensão ao suicídio, e de testosterona ao homicídio. A influência da mídia sobre os suicídios está mais do que demonstrada, e uma legislação e/ou padrões na divulgação de suicídios podem evitar o seu aumento.

Porém, a interdisciplinaridade é muito dificultada pela incompetência metodológica e pela ausência de formação dos cientistas políticos em áreas que *agora* são conexas, assim como pelo excesso de teorias disciplinares, que quase não deixam espaço livre nos programas de pós-graduação. Qualquer teoria cria suas proibições, seus *interdits*, mas teorias estritamente disciplinares e muito abstratas cimentam barreiras que as separam de outras disciplinas.

O descompromisso com o país

No Brasil, a grande maioria dos cientistas políticos e sociais depende, ainda que indiretamente, do setor público. São poucas as instituições privadas de ensino e pesquisa, e a maioria delas depende de bolsas e subsídios provindos do setor público, federal ou estadual.

O país tem problemas sérios. O crime e a violência atingiram patamares muito altos e continuam crescendo; o sistema político funciona mal, e é grande o descrédito dos políticos; os partidos estão fragilizados; o sistema educacional é elitista e ineficiente etc. As ciências políticas e sociais têm a oportunidade e, na minha concepção, o *dever* de contribuir para a solução desses problemas. Não obstante, uma parte considerável dos cientistas políticos e sociais se dedica a um *divertissement* intelectual que, na melhor das hipóteses, é ortogonal aos problemas do país e, na pior, contribui para desviar mais e mais recursos, inclusive intelectuais, da solução desses problemas. Essas pessoas vivem num mundo pedante e alienado, onde o conhecimento excêntrico é valorizado, e o trabalho duro e a pesquisa séria são desprestigiados. Importa mais repetir “os clássicos” e os autores que estiverem na moda do que inovar, pesquisando o país.

A contribuição para a solução dos problemas do país é um dever de todos, em todos os lugares e épocas, mas particularmente num país em que os problemas políticos e sociais clamam por solução. Porém, essa contribuição não se faz através de “achismos”, e sim de pesquisas rigorosas, direcionadas para as necessidades do país, e não para o diletantismo, nacional ou internacional. Assim, a ciência política no Brasil se encontra numa encruzilhada: ou pesquisa e contribui para solucionar ou minorar os problemas do país, ou continua a não pesquisar e a se dedicar à discussão sem fim e nada criativa das teorias geradas em países industriais.

É necessário colocar o chamado para a realização de pesquisas *de resultados* dentro de uma perspectiva que não abre mão da *qualidade*. Fábio Wanderley Reis colocou bem o problema, sendo justificada uma citação extensa:

(...) a tendência a entender a “contextualização” representada pela referência aos problemas nacionais (ou regionais, locais) como algo que *dispensa* a sofisticação teórico-metodológica ou mesmo se opõe a ela. Nessa ótica, a referência à “realidade” (brasileira, imediata) é o que dá a “relevância”, e a teoria ou o refinamento metodológico são adereços algo supérfluos que se tornam efetivamente dispensáveis na medida da premência ou gravidade dos problemas do contexto imediato... À luz da discussão acima, o que há de equivocado nessa perspectiva deveria ser patente. Não obstante a tendência reiterada, mesmo em círculos mais requintados, a formular o problema das relações entre qualidade e relevância em termos de um “compromisso” entre as exigências de uma e outra, tais relações me parecem ser antes de tipo lexicográfico: os problemas de relevância só se colocam uma vez garantida inequivocamente a qualidade. Caso contrário, corremos o risco de ter um amontoado de estudos indigentes sobre problemas sociais relevantes — estudos que, sendo indigentes, não chegam a constituir os problemas em questão em autênticos problemas *científicos* e a contribuir para o conhecimento deles (nem, conseqüentemente, para seu apropriado equacionamento prático, podendo contribuir antes para confundir as coisas e dificultar as almejadas soluções). Se cabe esperar alguma contribuição das ciências sociais para o encaminhamento de nossos problemas práticos, tal contribuição terá que decorrer de sua condição de *ciências* sociais, e não poderá ser uma contribuição na qual os palpites do bem-intencionado cientista social simplesmente compitam em igualdade de condições com os palpites do leigo. Pois qualquer problema social premente contará sempre com muito maior número de leigos a dar palpites — na condição de cidadãos, e com todo o direito — do que de cientistas sociais. Como assinala Antônio Luiz Paixão com referência à área da criminalidade, parte importante das deficiências de determinadas áreas temáticas de grande dramaticidade prática tem a ver justamente com o domínio do leigo sobre elas, com a conseqüência de que seu tratamento pelas ciências sociais seja condicionado fortemente pelo debate leigo. Isso se poderia dizer talvez de muito do que se faz na área de políticas públicas e do estudo da atuação de agências estatais em diversos campos, tais como o das políticas educacionais ou habitacionais do Estado — exemplos de áreas temáticas das ciências sociais para as quais a preocupação de relevância se voltaria naturalmente e que se acham, no entanto, freqüentemente caracterizadas pelas denúncias monótonas de certo “esquerdismo” banal. Assim, não há como evitar atribuir posição central, ao ponderar as recomendações, à questão decisiva da qualidade. (Reis, 1993: 24)

A ciência política brasileira no mundo

Que espaço a ciência política brasileira ocupa no mundo? Um espaço pequeno, de acordo com quase todos. Porém, o consenso termina aí. A explicação para essa pequenez e sua avaliação (se ser pequeno é “bom” ou “ruim”) são questões sobre as quais não há consenso. Uma explicação sublinha o fato de que há um pequeno número de cientistas políticos — ainda que usemos critérios generosos para

classificar alguém como cientista político, como terminar uma pós-graduação em ciência política. Não há quase influência através de publicações: por um lado, português não é língua conhecida por muitos e, por outro, é ínfimo o número de brasileiros que publicaram em revistas de prestígio internacional, sendo limitadas as referências aos trabalhos de cientistas políticos brasileiros. Os encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) reúnem entre quatrocentas e quinhentas pessoas. Embora todos os participantes, teoricamente, devessem ser membros da associação, houve momentos em que o número de membros pagantes era inferior a dez. Com isso, a ABCP fica dependente, para sua sobrevivência, de subsídios públicos, que se limitam a financiar os encontros bianuais. Em contraste, a American Political Science Association (APSA) tem 7.500 membros regulares (pagantes) e o European Consortium for Political Research (ECPR) tem aproximadamente quatro mil pesquisadores associados, com mais de duzentas instituições constituindo sua base. A American Sociological Association foi fundada há cem anos e conta com 14 mil membros, todos pagantes, é claro.

Para *começar* uma explicação, parto do suposto de que os brasileiros que pesquisam fazem essencialmente pesquisas sobre o Brasil, o que enquadra o seu produto como regional, ou dentro das *area studies*. A sub-representação é característica dos estudos regionais, ainda que, comparativamente, a América Latina talvez esteja “menos pior” do que outras regiões. Ian Lustick pesquisou os artigos publicados em *Comparative Politics* e em *World Politics* (vejam os nomes incluídos dessas revistas) do início de 1997 ao início de 2000, concluindo que especialistas na América Latina publicaram 14 artigos, bem mais do que quatro especialistas na África e três no Oriente Médio. Essas revistas pretendem ser “abertas” ao resto do mundo por sua vocação comparativa (Lustick, 2000), mas não são revistas regionais como a *LARR* ou o próprio *Middle East Studies Association Bulletin*, onde Lustick publicou seu estudo. Esses estudos versam sobre a América Latina, o que não quer dizer que sejam de autoria *de latino-americanos*. No que concerne ao papel dos estudos regionais e dos cientistas políticos de países como o Brasil, temos muitas posições, inclusive duas antagônicas de excelentes cientistas políticos cujas reflexões sobre o tema estão claramente representadas neste artigo.

Somente um brasileiro publicou na *American Political Science Review*. As razões para essa dramática exclusão são muitas e devem ser compreendidas: em primeiro lugar, um relatório do editor mostra que somente 0,2% dos artigos são aceitos diretamente; outros 0,4% tem aceitação condicionada (a acatar as recomendações) na “primeira rodada”. Uma percentagem muito alta (91,4%) é rejeitada logo de saída. A opção favorável mais comum é *revise and resubmit*: não garante aceitação, mas significa um estímulo para que o(s) autor(es) leia(m) os pareceres e revise(m) o artigo, voltando a submetê-lo. Não é um compromisso de publicação, porém, dos que são resubmetidos, 85% são aceitos. Em 2002-2003, foram enviados 672 artigos, dos quais 546 eram originais e os demais eram resubmissões (ver Sigelman, 2004).

Publicar na *APSR* é muito difícil para quem quer que seja. Não obstante, é especialmente difícil para não-americanos: entre 1996 e 1999, os autores associados a

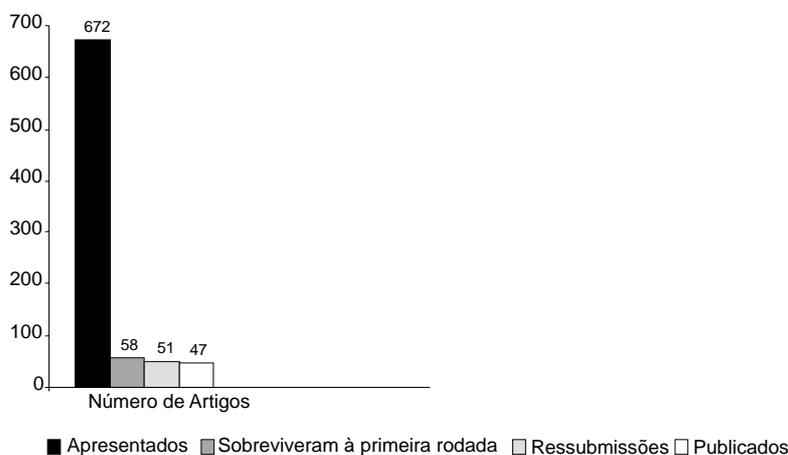


Figura 3 O processamento de artigos pela APSR, 2002-2003

instituições norte-americanas representavam entre 91% e 97% dos primeiros autores naquela revista. Nesses anos, as instituições européias representavam perto de 3% dos autores, e as do Oriente, Europa Ocidental, Oceania, África e América Latina *juntas* representavam outros 3%, aproximadamente.

Porém, os jornais onde o espaço é menor (e o preconceito, talvez, maior) são exatamente os que têm mais impacto, os mais lidos e mais citados. Trata-se de um *atributo do jornal*, mas, segundo Taagepera, um autor pode influir no prestígio de um jornal em um ano determinado: a posição do jornal melhora naquele ano exclusivamente devido ao grande número de citações de um artigo. Não é um acontecimento comum, mas, no período analisado, foi o caso de *Social Science Quarterly*; *Political Analysis*; *Legislative Studies Quarterly*, e *Political Theory*. Publicaram, por assim dizer, artigos “clássicos” que foram citados muitas vezes, com uma *half-life* invejável.

O prestígio de uma revista não é o mesmo em todos os lugares: nos Estados Unidos, publicar no *American Journal of Political Science*, no *World Politics* e no *Journal of Politics* acarreta muito prestígio, mas não tanto em outros países.

A APSR é um caso extremo, mas Taagepera mostra que outras revistas também têm altas taxas de rejeição. A maioria das revistas especializadas apresenta taxas de rejeição muito altas. A *Latin American Research Review (LARR)*, uma revista regional publicada nos Estados Unidos, tem uma taxa de rejeição de 84%. Quatro em dez dos manuscritos são classificados como artigos de ciência política. Os americanos (junto com os canadenses) apresentaram 82% dos manuscritos em 2003 e respondem por 90% dos artigos publicados. A definição inclui latino-americanos residentes na área. Nos dois anos, foram enviados 36 manuscritos de autores residentes na América Latina, dos quais quatro (11%) foram publicados (ver Ward, 2004).

O relatório de William Form, editor da *American Sociological Review*, nos

Quadro 3 Média geométrica de citações e taxa de aceitação de revistas especializadas

Revistas	Média geométrica de citações	Taxa de aceitação
American Political Science Review	205,0	8,0
American Journal of Political Science	77,0	12,0
Journal of Politics	25,3	16,0
World Politics	22,1	10,0
International Organization	21,9	10,0
Comparative Political Studies	19,3	21,0
Political Theory	19,3	7,5
International Studies Quarterly	17,7	13,0
<i>British Journal of Political Science</i>	17,5	12,5
Legislative Studies Quarterly	16,7	20,0
<i>European Journal of Pol. Research</i>	16,2	30,0
<i>Political Studies</i>	16,0	25,0
Comparative Politics	11,7	12,0
Public Choice	9,9	27,5
Public Administration Review	9,5	12,5
Public Opinion Quarterly	9,3	15,0
Journal of Theoretical Politics	9,2	20,0
Political Behavior	7,5	20,0

Nota: em itálico revistas não americanas, tal como sublinhado no original.

Fonte: Martin e Goehlert (2001).

informa que, em 1988, 89% do total de manuscritos foram rejeitados e, entre os que foram processados, 83% foram rejeitados. As taxas de rejeição não foram sempre tão altas: elas têm parâmetros temporais — de maio de 1944 a agosto de 1945, inclusive, 57% dos manuscritos foram aceitos pela *ASR* e 38% rejeitados; os demais tiveram outros destinos (Goodrich, 1945).

Em 2003, as taxas de rejeição das revistas registradas pela American Psychological Association (APA) variaram de 59% a 88% (*Journal of Clinical Child Psychology*). O relatório do grupo francófono do *Canadian Journal of Political Science* informa que entre junho de 2003 e abril de 2004 foram recebidos 16 manuscritos, dos quais três foram aceitos; outros três foram do tipo *revise and resubmit*; oito (50%) foram rejeitados e dois ainda estavam sendo analisados (Tremblay e Rouillard, 2004).

Para os brasileiros, como para todos, a opção é *ou* publicar num jornal com uma taxa menor de rejeição e ter menos impacto *ou* publicar num jornal com taxa mais alta de rejeição e ter mais impacto. Essas duas alternativas parecem valer em diferentes disciplinas e países. S. Yamazaki, em 1995, estudou 29 revistas de ciências biológicas e da vida, chegando à conclusão de que existe “uma alta correlação entre a taxa de rejeição e o fator de impacto” da revista (Yamazaki, 1995). Na área médica, as exigências metodológicas se relacionam com o prestígio da revista e com altas taxas de citação, como notaram Lee e associados (Lee, Schotland, Bacchetti e Bero, 2002). As revistas na área de administração confirmam essa associação (Donohue e Fox, 2000).

Esses dados contrastam com as taxas muito mais baixas de rejeição das revistas brasileiras: os pareceristas de *Opinião Pública* rejeitam entre 20 e 30% dos manuscritos. A percentagem para *Dados* relativa a 2001-2003 foi de 28%. Porém, o

número de “aceitos” (inclusive os que pedem modificações), 104, foi bem maior do que o de “publicados”, 72. Sumarizando, *Dados* publicou artigos que correspondem a 41% do total submetido no mesmo período. As altas taxas de rejeição dos países industriais nas ciências políticas e sociais contrastam, também, com taxas de rejeição *muito* mais baixas nas revistas das ciências paradigmáticas nos mesmos países.

Assim, as ciências políticas e sociais do Brasil têm pouca influência no mundo. A *língua franca* é o inglês, e ainda não publicamos, dentro do país, neste idioma. Publicar nas revistas de maior expressão, fora do país, é competir por um espaço diminuto. Além disso, são relativamente poucos os cientistas políticos e sociais brasileiros que pesquisam, e muitos dos que o fazem não ultrapassam a barreira das exigências metodológicas das publicações mais influentes. Publicar nelas certamente é uma maneira de obter reconhecimento pelo trabalho realizado, mas são elas as que têm as taxas mais altas de rejeição. Taagapera, no trabalho citado, sugere que a relação entre as citações e a taxa de aceitação das revistas é uma hipérbole.

Essa relação é apenas uma constatação e não uma apologia ou condenação. As revistas que mais rejeitam são as mais influentes e com o mais alto *impact factor* (e outras medidas de influência). Não obstante, se o reconhecimento internacional é importante para o cientista político e social, o conhecimento nacional é importante para o país. Muitas áreas suscetíveis de melhoria através de políticas públicas estão à mingua em termos de dados, informações e conhecimento. A idéia de que o cientista político e social deve ser protegido e não deve ser incomodado com problemas concretos e, pior, de que isso é um *direito* inerente à profissão, é uma idéia infame. Esse “direito” não pode ser auto-outorgado. *Quase todos nós, cientistas políticos e sociais*, dependemos para nossa subsistência e/ou realização de pesquisas, participação em congressos, conferências etc. de fundos *públicos*. Há um problema ético em virar as costas para a sociedade que, deixando de receber, é quem nos paga.

O fim da barreira quali-quant

Para mudar o curso da ciência política no país, tornando-a mais útil, mais influente e mais respeitada, é necessário melhorar — e muito — o nível das nossas pós-graduações e reciclar muitos professores, transformando-os também em pesquisadores. Não é tarefa fácil, porque as resistências são profundas. O trabalho típico encontrado nas revistas brasileiras não é quantitativo, não é qualitativo, não é quali-quant, é ensaístico.¹⁰ Há muitas revistas que publicam quase *exclusivamente* ensaios. A desproporção é grande, e os que pesquisam e usam dados quantitativos e/ou qualitativos são minoria. Além de minoria, não se conhecem, não se lêem e não se entendem.

10 O fato de ter sido citado neste artigo não significa que um autor endosse as posições defendidas nele. Como exemplo, menciono que Werneck Vianna, amplamente citado neste documento, é um defensor dos ensaios.

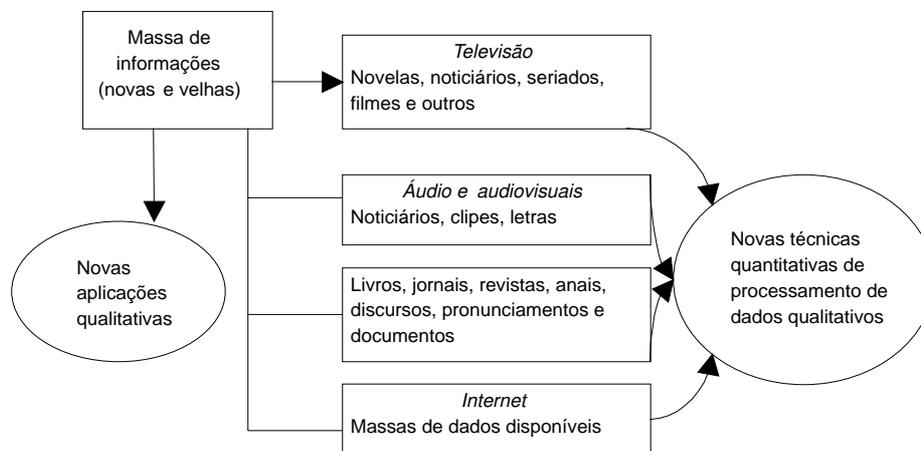


Figura 4 O novo quali-quanti: processamento quantitativo de massas de dados qualitativos

Porém, o início da mudança talvez esteja à vista, com a integração de trabalhos qualitativos e quantitativos. Há um mundo novo de dados requerendo um tratamento quali-quanti. O processamento quantitativo de informações, tradicionalmente, só era aplicável a uma percentagem muito reduzida dos dados existentes. Não havia nada nos dados que os tornasse “inquantificáveis”, pelo menos no nível mínimo binário de “x” e “não-x”. Porém, a massa de dados não era armazenável fora de grandes edifícios que serviam como bibliotecas, arquivos públicos e de empresas, museus, filmotecas etc. No entanto, alguns desenvolvimentos permitiram mudanças drásticas nesse cenário:

- crescimento exponencial da velocidade de processamento;
- crescimento exponencial da capacidade de armazenagem;
- possibilidade de escanear rapidamente documentos escritos;
- desenvolvimento de *softwares* que permitem ler, codificar e classificar mega-quantidades de informações, e
- crescimento exponencial das informações disponíveis pela internet.

Essas inovações abriram novas perspectivas para codificar e analisar massas de dados que, anteriormente, não podiam ser usadas sistematicamente (exceto, em alguns casos, através de amostragem) nem quantitativa nem qualitativamente. Houve uma explosão de métodos e técnicas de análise, assim como de programas que permitem codificar esses dados, experimentar diferentes formas de classificação, relacionar as categorias, trabalhar essas relações, apresentar os resultados graficamente etc.

Os conhecimentos sobre probabilidade e a necessidade de amostragem, de poder estimar parâmetros etc. penetraram um número cada vez maior dos cientistas políticos e sociais “qualitativos” sérios, assim como vários dos “quantitativos”

se conscientizaram da riqueza de informações que se agrega a uma pesquisa quantitativa quando ela é precedida por informações qualitativas. Um *survey*, por exemplo, fica muito enriquecido *se precedido e sucedido* por entrevistas abertas, focalizadas, histórias de vida, grupos focais e outros instrumentos qualitativos. Felizmente, o abismo entre qualitativos e quantitativos está se fechando. Talvez os calcanhares continuem vulneráveis, mas, pelo menos, caminharemos sobre os dois pés.

Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos

- Donohue, Joan M., e Jeremy B. Fox (2000), "A multi-method evaluation of journals in the decision and management sciences by US academics", *Omega-International Journal of Management Science*, 28 (1), pp. 17-36.
- Giles, Michael W., Francie Mizell, e David Patterson (1989), "'Political scientists' journal evaluations revisited", *PS: Political Science and Politics*, 22, pp. 613-617.
- Goodrich, Doris West (1945), "Analysis of manuscripts received by the Editors of the American Sociological Review from May 1 1944 to September 1 1945", *American Sociological Review*, 10 (6), Dezembro de 1945, pp. 716-725.
- Jamison, Kay Redfield (2000), *Night Falls Fast: Understanding Suicide*, Nova Iorque, Vintage Books.
- LaPonce, J. A. (1980), "An import-export analysis of journals and footnotes", *Political Studies*, 28, pp. 401-419.
- Lee, Kirby P., Marieka Schotland, Peter Bacchetti, e Lisa A. Bero (2002), "Association of journal quality indicators with methodological quality of clinical research articles", *Jama-Journal of the American Medical Association*, 287 (21), pp. 2.805-2.808.
- Lustick, Ian (2000), "The quality of theory and the comparative disadvantage of area studies", *Middle East Studies Association Bulletin*, 34 (2), pp. 189-192.
- Martin, Fenton S., e Robert Goehlert (1997, 2001), *Getting Published in Political Science Journals*, Washinton D. C., American Political Science Association.
- Norris, Pippa (1997), "Towards a more cosmopolitan political science?", *European Journal of Political Research*, 30 (1), pp. 17-34.
- Rouillard, Christian (2004), "Book review editor", *Canadian Journal of Political Science*, Annual Report, Francophone Team.
- Santos, Maria Helena, e Marcelo Coutinho (2000), "Política comparada: estado das artes e perspectivas no Brasil", *BIB*, 54, 2.º semestre de 2000, pp. 3-146.
- Sigelman, Lee (2004), *Report of the Editor of the American Political Science Review, 2002-2003*, em *PS: Political Science and Politics*, 37 (1), pp. 139-142.
- Taagepera, Rein (2001), *Journal Citation Frequency: The Hyperbolic Pattern*, Irvine, University of California, Center for the Study of Democracy.
- Yamazaki, S. (1995), "Refereeing system of 29 life-science journals preferred by Japanese scientists", *Scientometrics*, 33 (1), pp. 123-129.

- Valle Silva, Nelson (1999), *Relatório de Consultoria sobre Melhoria do Treinamento em Ciência Social Quantitativa e Aplicada no Brasil*, Rio de Janeiro, Laboratório Nacional de Computação Científica, 15 de Abril de 1999, 22 pág.
- Vianna, Luiz Werneck, e outros (1998), “Doutores e teses em ciências sociais”, *Dados*, 41 (3), pp. 453-515.
- Ward, Peter M. (2004), “Editor’s foreword”, *Latin American Research Review*, 39 (3), pp. 3-8.
- Williams, Malcolm, Tracey Collett, e Robin Rice (2004), *Baseline Study of Quantitative Methods in British Sociology*, Plymouth, University of Plymouth/School of Sociology, Politics and Law.

Documentos eletrônicos

- Landman, Todd (2004), “Rebutting ‘perestroika’: method and substance in political science”, Department of Government, University of Essex, em Essex. <http://privatewww.essex.ac.uk/~todd/rebutting%20perestroika.pdf>.
- Platt, Jennifer (1996), “Has funding made a difference to research methods?”, *Sociological Research Online*, 1 (1), 29/3/96, em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/1/1/5.html>.
- Schmitter, Philippe C. (2002), “Seven (disputable) theses concerning the future of ‘transatlanticised’ or ‘globalised’ political science”, em <http://www.essex.ac.uk/ecpr/publications/eps/onlineissues/spring2002/profession/schmitter.pdf>.
- Reis, Fábio Wanderley (1993), “Avaliação das ciências sociais”, em *Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Nova Política para um Mundo Global*, Universidade Federal de Minas Gerais, em <http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/csociais.pdf>.
- Statistics for Education: SECOS*, em <http://www.stated.co.uk/secos>.
- Tremblay, Manon, e Christian Rouillard (2004), “Canadian Journal of Political Science: annual report”, Francophone Team, em www.cpsa-acsp.ca/pdfs/CJPS-report-June2004.pdf.

Gláucio Ary Dillon Soares. Iuperj. *E-mail*: gsoares@iuperj.br

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil

Este artigo preconiza a necessidade de ensinar, estudar e aplicar métodos, tanto quantitativos quanto qualitativos; do ponto de vista teórico e conceitual, advoga um papel *muito* maior da produção do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina e, dentro dela, dos brasileiros. Essa não é uma afirmação “patriótica” ou arbitrária, mas uma decorrência da crença de que teorias e conceitos têm parâmetros culturais e estruturais. Fenômenos inexistentes numa cultura não podem ser observados e não podem gerar conceitos nem teorias que articulem esses conceitos. Fenômenos pouco

significativos em suas sociedades raramente despertam a atenção dos pesquisadores. Como exemplo extremo, os manuais e livros introdutórios de ciência política usados no mundo industrializado não incluem capítulo sobre os militares.

Palavras-chave Métodos, Brasil, ciência política, pesquisa.

The methodological Achilles' heel of political science in Brazil

This article points to the need to teach, study and apply methods — both quantitative and qualitative; from a theoretical and conceptual point of view, it advocates a *much* greater role for input from the Third World, particularly from Latin America and, from within this region, from the work of Brazilian scholars. This is not a “patriotic” or arbitrary assertion, but rather one which follows from the belief that theories and concepts have cultural and structural parameters. Phenomena which do not exist in a culture cannot be observed, cannot generate concepts, and cannot generate theories which connect these concepts. Phenomena of little significance in their societies rarely attract the attention of researchers. As an extreme example, the introductory manuals and books in political science used in the industrialized world do not include chapters on the military.

Key-words Methods, Brazil, political science, research.

Le talon méthodologique de la science politique au Brésil

Cet article préconise la nécessité d'enseigner, d'étudier et d'appliquer des méthodes, aussi bien quantitatives que qualitatives. Du point de vue théorique et conceptuel, il appelle à un rôle *beaucoup* plus important de la production du tiers monde, en particulier de l'Amérique Latine et, parmi celle-ci, celle des Brésiliens. Il ne s'agit pas d'une affirmation “patriotique” ou arbitraire, mais du résultat de la conviction selon laquelle les théories et les concepts ont des paramètres culturels et structurels. Les phénomènes inexistant dans une culture ne peuvent pas être observés, ne peuvent pas générer de concepts, ni de théories qui articulent ces concepts. Les phénomènes peu significatifs dans leurs sociétés attirent rarement l'attention des chercheurs. Comme exemple extrême, les manuels et les livres d'introduction à la science politique utilisés dans le monde industrialisé n'ont pas de chapitre sur les militaires.

Mots-clés Méthodes, Brésil, science politique, recherche.

El talón metodológico de la ciencia política en Brasil

Este artículo preconiza la necesidad de enseñar, estudiar y aplicar métodos — tanto cuantitativos como cualitativos; desde el punto de vista teórico y conceptual, defiende un papel *mucho* mayor de la producción del Tercer Mundo, particularmente de América Latina y, dentro de esta, de los brasileños. Esa no es una afirmación “patriótica” o

arbitraria, sino una consecuencia de la creencia de que las teorías y conceptos tienen parámetros culturales y estructurales. Fenómenos inexistentes en una cultura no pueden ser observados, no pueden generar conceptos, ni teorías que articulen esos conceptos. Fenómenos poco significativos en sus sociedades raramente despiertan la atención de los investigadores. Como ejemplo extremo, los manuales y libros introductorios de ciencia política usados en el mundo industrializado no incluyen capítulos sobre los militares.

Palabras-clave Métodos, Brasil, ciencia política, pesquisa.